



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA BENTO XVI

***À SENHORA MARY ANN GLENDON NOVA EMBAIXADORA
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA JUNTO DA SANTA SÉ
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS****

Sexta-feira, 29 de Fevereiro de 2008

Excelência

É para mim um prazer aceitar as Cartas pelas quais Vossa Excelência é acreditada Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária dos Estados Unidos da América e oferecer as minhas cordiais felicitações no momento em que assume as suas novas responsabilidades ao serviço do seu país. Estou confiante que o conhecimento e a experiência nascidos da sua distinta associação ao trabalho da Santa Sé se revelarão benéficos no desenrolar dos seus deveres e enriquecerão a actividade da comunidade diplomática à qual agora pertence. Gostaria também de lhe agradecer as saudações cordiais que me transmitiu da parte do Presidente George W. Bush em nome do povo americano, enquanto penso na minha Visita Pastoral aos Estados Unidos em Abril.

Desde o despontar da República, a América foi, como Vossa Excelência fez notar, uma nação que valorizou o papel do credo religioso como garante de uma ordem democrática vibrante e eticamente sólida. O exemplo da sua nação em unir pessoas de boa vontade, independentemente da raça, nacionalidade ou religião, numa visão partilhada e numa busca disciplinada do bem comum encorajou outras jovens nações nos seus esforços de criação de uma ordem social harmoniosa, livre e justa. Hoje esta tarefa de conciliar a unidade e a diversidade, de forjar uma visão comum e invocar a energia moral para a cumprir, tornou-se uma urgente prioridade para toda a família humana, que é cada vez mais consciente da sua interdependência e da necessidade de solidariedade efectiva para enfrentar os desafios globais e a construção de um futuro de paz para as próximas gerações.

A experiência do último século, com o seu pesado preço de guerra e violência, culminado no extermínio planeado de povos inteiros, tornou claro que o futuro da humanidade não pode

dependem de meros compromissos políticos. Aliás, tem de ser o fruto de um consenso mais profundo baseado no reconhecimento de verdades universais fundadas na reflexão sensata dos postulados da nossa humanidade comum (cf. *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2008*, 13). A Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual este ano celebramos 60 anos, foi o resultado do reconhecimento mundial de que uma ordem global justa só pode ser baseada no reconhecimento e defesa da dignidade dos direitos invioláveis de cada homem e mulher. Este reconhecimento, por sua vez, tem de ser o motor de todas as decisões que afectam o futuro da família humana e todos os seus membros. Estou confiante que a sua nação, fundada sobre a verdade evidente por si mesma, que o Criador atribuiu a cada ser humano certos direitos inalienáveis, continuará a encontrar nos princípios da lei moral comum, embebida nos seus documentos constituintes, um guia seguro no exercício da sua liderança no seio da comunidade internacional.

A construção de uma cultura jurídica global inspirada pelos mais altos ideais de justiça, solidariedade e paz requer um forte empenho, esperança e generosidade da parte de cada nova geração (cf. *Spe salvi*, 25). Agradeço a sua referência aos significantes esforços americanos para descobrir métodos criativos de aliviar os graves problemas que afligem numerosas nações e povos no nosso planeta. A construção de um futuro mais seguro para a família humana significa em primeiro lugar e acima de tudo trabalhar para o desenvolvimento integral dos povos, especialmente através da provisão de cuidados à saúde adequados, da eliminação de pandemias como a sida, de mais amplas oportunidades educativas para os jovens, da promoção das mulheres e da luta contra a corrupção e a militarização que desviam preciosos recursos de muitos dos nossos irmãos e irmãs nos países mais pobres. O progresso da família humana é ameaçado não só pela chaga do terrorismo internacional, mas também por insídias à paz como o acelerar da corrida aos arsenais e o persistir das tensões no Médio Oriente. Aproveito a ocasião para exprimir a minha esperança em que pacientes e transparentes negociações conduzam à redução e eliminação das armas nucleares e que a recente Conferência de Annapolis seja a primeira de uma série de passos na direcção da paz duradoura na região. A resolução destes e outros problemas similares requerem confiança e empenho no trabalho de órgãos internacionais como a organização das Nações Unidas, que por sua própria natureza são capazes de criar diálogo e entendimento genuínos, reconciliar visões divergentes, e desenvolver políticas e estratégias multilaterais capazes de enfrentar os múltiplos desafios do nosso mundo complexo e em rápida mudança.

Não posso deixar de notar com gratidão a importância que os Estados Unidos atribuíram ao diálogo inter-religioso e intercultural como força positiva de paz. A Santa Sé está convencida do enorme potencial espiritual que esse diálogo representa, especialmente no que diz respeito à promoção da não-violência e à rejeição de ideologias que manipulam e desfiguram a religião com objectivos políticos e justificam a violência em nome de Deus. A apreciação histórica do povo americano em relação ao papel da religião na formação do discurso político e na iluminação da inerente dimensão moral das questões sociais um papel às vezes contestado em nome de uma

limitada compreensão da vida política e do discurso público reflecte-se nos esforços de tantos dos seus concidadãos e líderes de governo para garantir a protecção legal da vida como dom de Deus, desde a concepção até à morte natural, e a salvaguarda da instituição do matrimónio, reconhecido como união estável entre um homem e uma mulher, e da família.

Senhora Embaixadora, agora que assume as suas altas responsabilidades ao serviço do seu país, renovo os meus votos pelo sucesso do seu trabalho. Asseguro-lhe que poderá sempre contar com o apoio e a assistência da Santa Sé ao desenrolar das suas funções. Sobre si, a sua família, e todo o amado povo americano, invoco cordialmente de Deus bênçãos de sabedoria, força e paz.

**L'Osservatore Romano* n. 10 p. 6.